

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**MARÇO/2012**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

Unidade Consolidada:

**Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)**

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012

## Sumário

## Página

Organograma Funcional	06
Estrutura Organizacional	07
Introdução	09
Quadro II Evolução de Pessoal do INT 2005-2011	12
Item 1	15
Quadro A.1. Identificação da UJ	15
Item 2	16
2.a. Responsabilidades institucionais da unidade	16
2.a.I. Competência Institucional	16
2.a.II. Objetivos estratégicos	16
2.b. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	20
2.b.I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	20
2.b.II. Análise do Plano de Ação da Unidade referente ao exercício que se referir o Relatório de Gestão	21
Quadro 2.b.II. Visão Geral do Modelo de Gestão da Estratégia do INT	22
2.c. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	22
2.c.I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	22
Quadro A.2.c.I.1 Ações do PPA de responsabilidade do INT e do CETENE	22
2.c.II. Execução física das ações realizadas pela UJ	23
Quadro A.2.c.II.1. Execução Física das ações realizadas pela UJ	23
Quadro A.2.c.II.2. PPA 2008-2011 Metas Físicas (Previsto x Realizado)	23
2.d. Desempenho Orçamentário e Financeiro	23
2.d.I. Programação Orçamentária das Despesas	23
Quadro A.2.d.I.2. Programação de Despesas Correntes	24
Quadro A.2.d.I.3. Programação de Despesas Capital	24
Quadro A.2.d.I.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	25
Quadro A.2.d.I. 5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	26
2.d.II. Execução Orçamentária das Despesas	28
2.d.II.1. - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	29
Quadro A.2.d.II.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	29
Quadro A.2.d.II.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	29
Quadro A.2.d.II.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	29
2.d.II.2. - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	29
Quadro A.2.d.II.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	30
Quadro A.2.d.II.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	31
Quadro A.2.d.II.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	31

## Sumário

## Página

2.d.III. Indicadores Institucionais	32
Quadro 2.d.III.1. Indicadores Institucionais Desempenho e Acompanhamento Geral do INT	35
Item 3	36
Item 4	36
Quadro A.4.1. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
Item 5	37
5.a. Composição do quadro de servidores ativos	37
Quadro A.5.a.1. Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	37
Quadro A.5.a.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	37
Quadro A.5.a.3. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12	38
Quadro A.5.a.4. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	39
Quadro A.5.a.5. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	39
5.b. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	40
Quadro A.5.b.1. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12	41
Quadro A.5.b.2. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	41
5.c. Composição do quadro de estagiários	41
Quadro A.5.c.1. Composição do Quadro de Estagiários	
5.d. Custos associados à manutenção dos recursos humanos	42
Quadro A.5.d.1. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	42
5.e. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	42
Quadro A.5.e.1. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	44
Quadro A.5.e.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	45
5.f. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	46
Item 6	51
Quadro A.6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	51
Quadro A.6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	52
Quadro A.6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	52
Quadro A.6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	53
Quadro A.6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	54
Item 7	55
Quadro A.7.1. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	55
Quadro A.7.2. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	55
Item 8	56

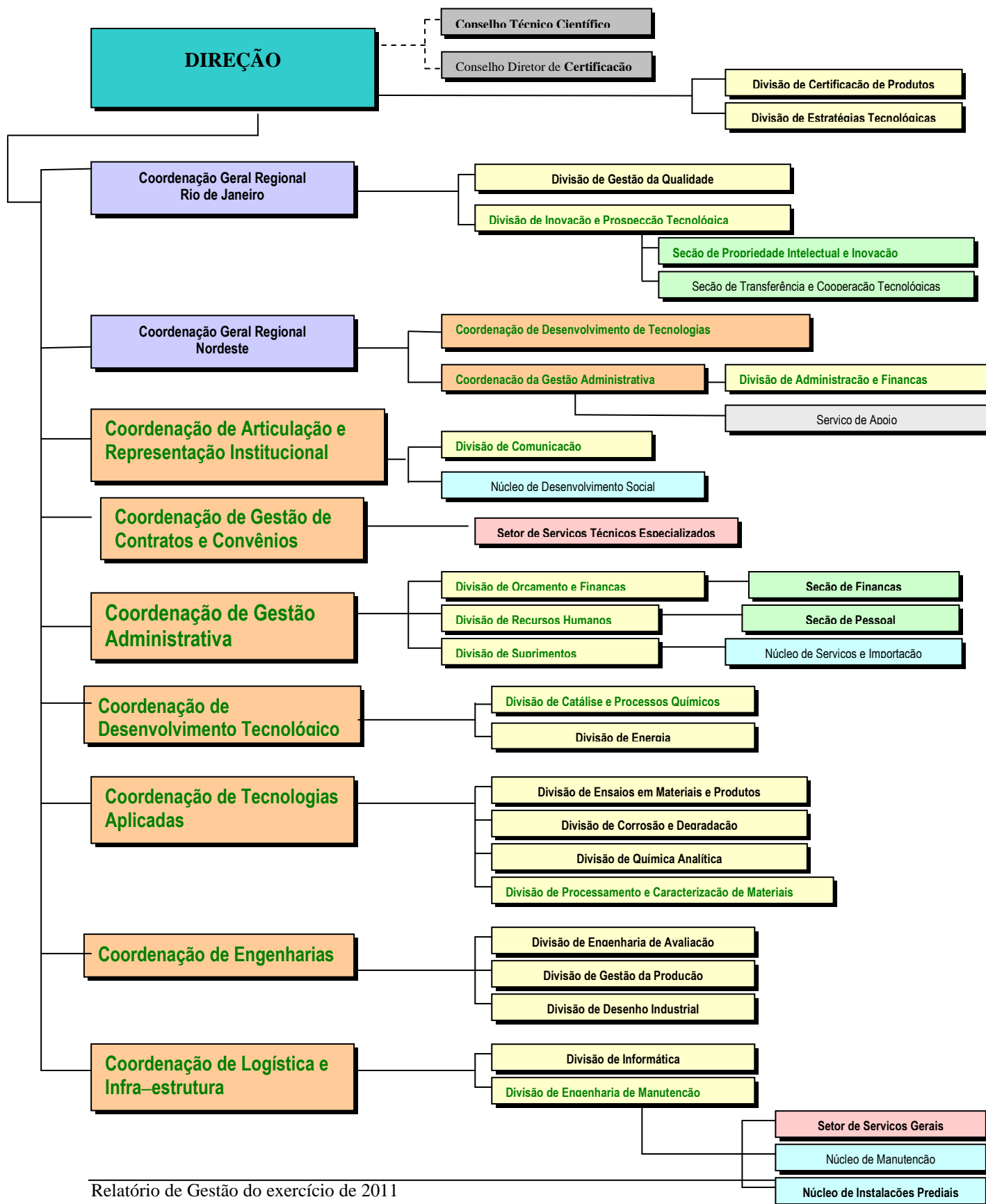
**Sumário**

**Página**

Quadro A.8.1. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	56
Item 9	57
Quadro A.9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ	58
Item 10	59
Quadro A.10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
Item 11	62
Quadro A.11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	63
Quadro A.11.2. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	64
Item 12	64
Quadro A.12.1. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	
Item 13	65
Item 14	65
Item 15	65
Quadro A.15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	65
Quadro A.15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	68
Item 16	68
Item 17	68
Anexo II, Item 1	69
Declaração do Contador	70

## Organograma Funcional

Regimento Interno Portaria [MCT 619](#), de 17 de agosto de 2010 (Publicado [DOU 25/08/2010](#))



### Estrutura Organizacional

Unidade Organizacional	Sigla
<b>Direção</b>	<b>DIR</b>
Divisão de Certificação de Produtos	DCER
Divisão de Estratégias Tecnológicas	DIES
<b>Coordenação-Geral Regional do Rio de Janeiro</b>	<b>CGRRJ</b>
Divisão de Gestão da Qualidade	DIGQ
Divisão de Inovação e Prospecção Tecnológica	DINT
Seção de Propriedade Intelectual e Inovação	SPIN
Seção de Transferência e Cooperação Tecnológica	STCT
<b>Coordenação-Geral Regional do Nordeste</b>	<b>CETENE</b>
Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias	
Coordenação de Gestão Administrativa	
Divisão de Administração	
Serviço de Apoio Administrativo	
<b>Coordenação de Gestão de Contratos e Convênios</b>	<b>COGC</b>
Setor de Serviços Técnicos Especializados	SSTE
<b>Coordenação de Articulação e Representação Institucional</b>	<b>COAR</b>
Núcleo de Desenvolvimento Social	NuDS
Divisão de Comunicação	DCOM
<b>Coordenação de Gestão Administrativa</b>	<b>COGA</b>
Divisão de Orçamento e Finanças	DORF
Seção de Finanças	SEFI
Divisão de Recursos Humanos	DARH
Seção de Pessoal	SEPE
Divisão de Suprimentos	DSUP
Núcleo de Serviços e Importação	NUSI
<b>Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico</b>	<b>CODT</b>
Divisão de Catálise e Processos Químicos	DCAP
Laboratório de Catálise	LACAT
Laboratório de Biocatálise	LABIC
Laboratório de Catálise Combinatorial	LACCO
Laboratório de Síntese Química	LASIN
Laboratório de Plantas Piloto	LAPPI
Divisão de Energia	DIEN
Laboratório de Energia	LABEN
Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes	LACOL
Laboratório de Gases Combustíveis	LAGAS
Laboratório de Medidas Eletroquímicas	LAMEL

<b>Unidade Organizacional</b>	<b>Sigla</b>
<b>Coordenação de Tecnologias Aplicadas</b>	<b>COTA</b>
Divisão de Ensaios em Materiais e Produtos	DEMP
Laboratório de Caracterização de Propriedades. Mecânicas e Microestruturais	LACPM
Laboratório de Ensaios de Produtos	LAENP
Laboratório de Avaliação de Artigos Médico-Hospitalares	LAAMH
Divisão de Corrosão e Degradação	DCOR
Laboratório de Corrosão e Proteção	LACOR
Laboratório de H <sub>2</sub> S, CO <sub>2</sub> e Corrosividade	LAH <sub>2</sub> S
Laboratório de Biocorrosão e Biodegradação	LABIO
Divisão de Química Analítica	DQAN
Laboratório de Química Analítica e Metrologia em Química	LAQAM
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	DPCM
Laboratório de Tecnologia de Materiais Poliméricos	LAMAP
Laboratório de Tecnologia de Pós	LATEP
<b>Coordenação de Engenharia</b>	<b>COEN</b>
Divisão de Engenharia de Avaliação	DIAV
Divisão de Gestão da Produção	DGEP
Divisão de Desenho Industrial	DvDI
Laboratório de Ergonomia	LABER
Laboratório de Modelos Tridimensionais	LAMOT
<b>Coordenação de Logística e Infra-estrutura</b>	<b>COIN</b>
Divisão de Engenharia de Manutenção	DEMA
Núcleo de Manutenção	NUMA
Núcleo de Instalações Prediais	NUIP
Setor de Serviços Gerais	SESG
Divisão de Informática	DINF



## Introdução

O presente Relatório descreve as informações e os demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e gerencial relativas ao exercício financeiro de 2011. Foi estruturado e organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis pela Unidade Jurisdicionada INT e pela Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, conforme disposições contidas nos seguintes documentos:

- IN TCU 63/2010, que traz as normas gerais sobre a Prestação de Contas.
- Parte A e B do Anexo II e Anexo III da DN TCU 108/2010, que estabelece as unidades, os conteúdos e os prazos relacionados à elaboração dos Relatórios de Gestão de 2011.
- Portaria TCU 123/2011, que trata da estruturação de alguns conteúdos do Relatório de Gestão de 2011.
- Quadros da Portaria TCU 123/2011 elaborados pela Equipe do Serviço de Gestão da Prestação de Contas - CONTAS para cópia e reprodução.
- Documento “Dicas para elaboração do Relatório de Gestão 2011” elaborado pela Equipe do Serviço de Gestão da Prestação de Contas - CONTAS, apresentação em “Power Point” disponibilizado no portal TCU.

Não foram informados os itens **3** e **13** da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010 que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade Jurisdicionada INT e da Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, não apresentaram ocorrência no período.

O item **14** e **16** da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010 não foram informados por não se aplicar à natureza jurídica das UJ de que tratam este Relatório.

### Destaques da gestão de maior repercussão no exercício

Participação do INT no Projeto Piloto de Aliança Estratégica Público Privada que dará origem à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco de atuação nas áreas de Energia e Saúde, visando incentivar pequenos e médios negócios a serem mais inovadores.

Assinatura do Termo Aditivo do Convênio com o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais (Cresumar) ampliando o intercâmbio de informações técnicas e científicas, treinamento de pessoal, desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços técnicos especializados e eventos considerados de interesse comum.

Obtenção junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do cadastramento de cinco ensaios em biodiesel: (a) ensaios de aspecto (método visual), (b) massa específica a 20°C, (c) viscosidade cinemática a 40°C, (d) teor de água e (e) estabilidade à oxidação a 110°C. Os cadastramentos seguem o regulamento técnico da resolução ANP 31, que normatiza a prestação de serviços em biodiesel para o mercado.

Escolha do Diretor do INT para integrar o Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma lista tríplice elaborada por três entidades da área de Tecnologia: Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. (ABIPTI) e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). Este Conselho Deliberativo (CD) integrado pelo presidente e vice-presidente do

CNPq; pelos presidentes da Finep e da Capes; pelo secretário executivo do MCTI, por representantes das comunidades de C&T, empresariais e por servidores do CNPq é a maior instância de poder decisório do CNPq.

Desenvolvimento de inovações tecnológicas para a popularização do rúgbi, no âmbito do projeto “*Desenvolvimento de equipamentos para massificação do Rúgbi a partir da inclusão do esporte na Rede Pública de Ensino*”: (a) aprimoramento da baliza “H”, utilizada para a marcação dos *tries* (correspondentes aos gols do futebol), com o intuito de facilitar a adaptação dos campos para o esporte; (b) melhorias no *contact pad*, (escudo de proteção almofadado usado nos treinos) para minimizar o impacto do contato entre os jogadores e (c) desenvolvimento de cadeira de rodas infantil para a prática desse esporte que está sendo implementado na rede pública de ensino de Niterói como atividade regular visando sua popularização. O município foi escolhido como piloto e os professores de educação física foram capacitados a conduzir atividades de prática de rúgbi convencional e também de rúgbi em cadeira de rodas

Inauguração da primeira Agência Regional de Inovação do INT em Cuiabá/MT, no contexto da missão de levar tecnologia a diferentes regiões do País, possibilitando o acesso ao conhecimento desenvolvido pela UJ, em um tempo oportuno para àquela cidade que vem empreendendo esforços para atender às demandas tecnológicas como uma das cidades sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A Agência iniciou o levantamento das necessidades das empresas locais e agenciará contratos para a realização de assessorias técnicas, ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tecnologia industrial e serviços tecnológicos.

Distribuição de 10 milhões de preservativos no Carnaval de 2011, produzidos pela fábrica Natex, em Xapuri/AC, como ação do Programa de Prevenção às DST's/AIDS do Ministério da Saúde. Esses preservativos masculinos, com a marca de conformidade do Organismo Certificador de Produtos (OCP) do INT, são os únicos do mundo fabricados com látex de borracha natural. Além de preservativos masculinos o OCP avalia a conformidade de luvas cirúrgicas, luvas de procedimentos não-cirúrgicos, capacetes para ocupantes de motocicletas, embalagens plásticas de álcool, fósforos e cachaça.

Implantação de Entidade Operacional Designada para Projetos de Créditos de Carbono no INT, voltada para avaliação de projetos ligados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com vistas às negociações de créditos de carbono, no mercado mundial. Com credenciamento a ser obtido junto a ONU. Nesse período foram desenvolvidos as primeiras capacitações da equipe e procedimentos operacionais que visam a candidatura do INT como EOD perante à United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC. Nesse ambiente também foi iniciada a cooperação bilateral Brasil-Japão para o comércio de cotas de redução de emissões de carbono.

Sistemas de simulação de cenários virtuais a partir de modelagem humana virtual em 3D para mapeamento de riscos e incremento da confiabilidade humana.

Aprovação do projeto para implantação de um laboratório de motores com o Cenpes -Petrobras.

Implantação do Laboratório de Tabaco em parceria com a ANVISA.

Lançamento do Green Project Awards Brasil (GPA-Brasil) em parceria com a Instituição Consultora de Comunicação Portuguesa Independente (CCI - Portugal), com apoio do MCTI e do MMA, visando à promoção de práticas sustentáveis.

Assinatura de Termo de Cooperação com a Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS) para a implantação de uma agência regional de inovação do INT, para a execução de projetos, atividades e programas de extensão tecnológica naquele Estado.

Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica e Operacional com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para desenvolver ações no âmbito científico, acadêmico e técnico de aprimoramento dos processos práticas na área de Vigilância Sanitária. A parceria atende os requisitos do Programa Mais Saúde e as políticas públicas do governo federal para as áreas de Saúde, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Industrial e Desenvolvimento Produtivo.

Depósito de pedidos de patentes internacionais em conjunto com o Instituto Militar de Engenharia (IME) para 2 processos inéditos para fabricar bioquerosene de aviação. Ao contrário de outros estudos que utilizam o etanol de cana-de-açúcar ou oleaginosas que produzem biodiesel, esses processos utilizam biomassas que não entram na esfera alimentar, tais como cascas de frutos cítricos, restos de eucaliptos e outras matérias-primas obtidas de subprodutos de processos industriais envolvendo uma série de biomassas.

Aumento do número de pedidos de patente de acordo com estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) que abrangeu os anos de 1990 a 2007. Nesse período foram identificados 24 depósitos. De 2008 a 2011 o INT igualou o número de depósitos realizados no período estudado, somando 48 pedidos de patente desde 1990.

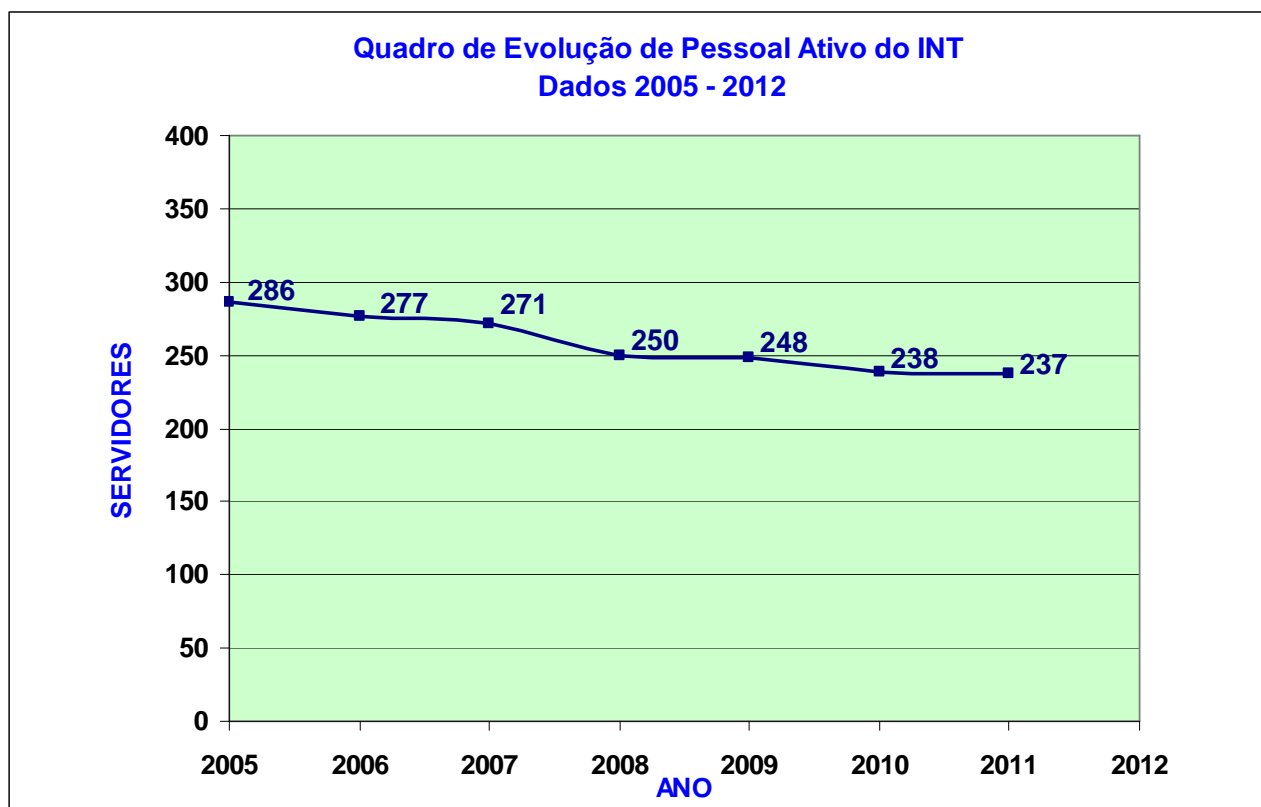
Expansão no CETENE da lista de espécies multiplicadas, abrindo espaço para pesquisa e micro propagação de espécies nativas da mata atlântica como o ipê e o oiti coró em risco de extinção: a técnica de propagação *in vitro*, que garante a produção de mudas em larga escala, visando à recomposição de áreas degradadas e está ligada a uma proposta mais abrangente, voltada para a recuperação de florestas nativas. 100 mudas foram plantadas no Hospital Miguel Arraes, em Paulista - PE e em uma Cooperativa, que cedeu as plantas para o projeto.

Desenvolvimento de dispositivo microeletrônico de processamento de imagens: sistema para auxiliar no controle de tráfego, com instalação de um protótipo no Parque Tecnológico de Pernambuco - PARQTEL, com sucesso.

#### Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ

Destaca-se e reitera-se a crescente falta de pessoal pelas sucessivas aposentações e demais afastamentos que vem reduzindo drasticamente a força de trabalho em todas as áreas do INT. A ausência de concursos públicos com quantitativos de vagas adequados ao preenchimento das lacunas apresentadas pelo afastamento de servidores não oferece possibilidade de reposição do quadro.

A redução constante do quadro de servidores efetivo, constituída, em sua maioria, por pessoas com idade média de aproximadamente 52 anos, em consequência de aposentadorias, afastamentos por licença médica, licenças prêmio acumuladas, cessão para TRE e outras situações, vem comprometendo a plena execução dos processos e, conseqüentemente, à gestão do INT. Para ilustrar esta afirmativa, conforme demonstrado a seguir.



No final de 2011 contávamos com 237 servidores e na avaliação do quadro de pessoal foi identificada a necessidade de 400 servidores, quantitativo esse similar a lotação existente em 1985. Considerando a previsão de 18 aposentadorias voluntárias de servidores que já recebem abono de permanência e completam todos os requisitos para aposentadoria pela EC 47/2005, para o início de 2012, a perspectiva é de chegarmos ao final do ano com 220 servidores alocados e de 60 vagas não preenchidas, decorrentes de aposentadorias, falecimentos e outras formas de vacância.

Convém lembrar que estamos vivendo um período extremamente profícuo para a área de ciência, tecnologia e inovação, marcada pelo aumento dos investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País. Nesse período que o INT aumentou significativamente sua participação em projetos importantes para a sociedade brasileira, impactando internamente no aumento dos processos de compra, dos processos de obras, da demanda por serviços, dentre outros, coincide com a diminuição acelerada do quadro de pessoal do INT, mais intensamente das equipes envolvidas nas atividades administrativas.

Destaca-se ainda a dificuldade permanente da retenção dos conhecimentos adquiridos pelas diversas equipes ao longo dos anos, Como não há mecanismos de retenção do conhecimento, ao se aposentarem os servidores levam consigo o conhecimento adquirido, sem oportunidade de repassá-lo.

Outra dificuldade ocorreu com contingenciamento orçamentário que limitou as despesas com obras, reformas e adaptações prediais que influenciaram negativamente na manutenção da infraestrutura, principalmente, na possibilidade de ampliação da segurança das instalações prediais com repercussão na segurança laboratorial e pessoal.

Ainda com referência as instalações do INT, contamos atualmente com 18 laboratórios em equipados e modernizados, contudo, não foram possível reformar as instalações e elétricas nem

promover a expansão do atual espaço físicos adequados as atividades de P,D & I por falta de disponibilidade de áreas não construídas, fato esse que vem comprometendo e restringindo o crescimento do INT.

### Planos e projetos concretos para o exercício subsequente

Em alinhamento com o Plano Estratégico recém implantado, o INT busca atingir o mercado por meio do conhecimento, das tecnologias geradas e estabelecimento de parcerias com os diversos atores da sociedade, órgãos do governo, entidades normativas, pessoas físicas, empresas industriais e de serviços, institutos de pesquisa e universidades.

A atuação do INT será focada em temas tecnológicos e da exploração de suas atuais competências, definidas por projetos prioritizados nos seguintes temas: **Petróleo e Gás; Petroquímica; Energias Renováveis; Saúde; Tecnologias Sociais e Defesa.**

Como desafio concreto para o próximo exercício, destacam a seguir algumas ações já delineadas. O novo modelo de gestão do INT prevê o estabelecimento de 3 patamares de metas para o presente

Na área de Gestão serão desenvolvidas as ações:

Avançar com o processo de gestão estratégica orientada para resultados através da execução de planos de ação para cada objetivo estratégico

Adequar o Regimento Interno do INT, atendendo as necessidades oriundas do processo de gestão estratégica orientada para resultados.

Implementar novo sistema informatizado de gestão que atenda as necessidades de forma otimizada e integral, permitindo mais agilidade com confiabilidade nos processos internos.

Ampliar a segurança no INT bem como a prevenção das ameaças advindas com as obras no entorno do INT, que impactam significativamente a execução de suas atividades.

Implementar o Projeto Piloto da Embrapii, por meio da captação de empresas e execução de projetos inovadores e todos os aspectos legais envolvidos na sua operacionalização.

Implementar um Plano de Marketing e um Plano de Comunicação, visando ampliar a divulgação do INT junto à sociedade.

Dar continuidade ao desenvolvimento de projetos técnicos e ampliar atuação em rede no âmbito empresarial e governamental.

## **Anexo II da Decisão Normativa TCU 108, de 24/11/2010**

### **Parte A - Conteúdo Geral**

#### **Informações Gerais sobre a Gestão**

## Item 1

Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na *internet*; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

### Quadro A.1. Identificação da UJ

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			<b>Código SIORG:</b> 1988
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Tecnologia			
<b>Denominação abreviada:</b> INT			
<b>Código SIORG:</b> 232	<b>Código LOA:</b> não se aplica à natureza jurídica da UJ		<b>Código SIAFI:</b> 240104
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(21) 2123-1283	Fax: (21) 2123-1285	(21)2123-1284
<b>E-mail:</b> domingos.naveiro@int.gov.br; marta.sousa@int.gov.br; eduardo.guimaraes@int.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> http://www.int.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Venezuela, 82, Saúde, CEP: 20081-312, Rio de Janeiro, RJ			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas</b>			
Nome		Situação	Código SIORG
Coordenação-Geral Regional do Nordeste - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)		Ativa	80489
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Criação do INT: Decreto Federal 15.209 de 28/12/1921.			
Estrutura Organizacional da Presidência da República e dos Ministérios: Lei 10.683 de 28/05/2003 (DOU 28/05/2003), cujos artigos 25, 27 e 29 foram alterados pela Lei 12.545 de 14/12/2011 (DOU 15/12/2011, Seção I) nos seguintes termos:			
Artigo 25, inciso V: atribui nova denominação ao MCT: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.			
Artigo 27, inciso IV: atribui novas competências ao MCTI.			
Artigo 29, inciso IV: atribui nova estrutura ao MCTI mantendo o INT.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Estrutura Organizacional do MCT: Decreto 5.886 de 06/09/2006 (DOU 08/09/2006, Seção I).			
Criação da Unidade Gestora 240137 - CETENE: Portaria SPOA/MCT 77 de 16/06/2005 (DOU 17/06/2005, Seção I).			
Regimento Interno do INT e do CETENE: Portaria 619 de 17/08/2010 (DOU 25/08/2010, Seção I, página 1).			
Delegação de Competência do Diretor do INT: Portaria 407 de 29/06/2006 (DOU 30/06/2006, Seção II).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não ocorreu no período			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
240104	Instituto Nacional de Tecnologia - INT		
240137	Instituto Nacional de Tecnologia - Nordeste/MCT		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
240104		00001	
240137		00001	

## Item 2

Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

### 2.a. Responsabilidades institucionais da unidade:

#### 2.a.I. Competência Institucional

A Competência Institucional do INT corresponde às suas atribuições definidas no artigo 4 do seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº. 619 do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, de 17/08/2010, publicada no DOU em 25/08/2010 transcrito a seguir:

Art. 4º O INT tem por finalidade promover e executar pesquisas, desenvolver e transferir ao setor produtivo tecnologias e produtos, bem como prestar serviços técnicos especializados e capacitar recursos humanos, com ênfase na inovação, competindo-lhe em especial:

- I - executar atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- II - prestar serviços técnicos especializados no âmbito de sua competência;
- III - desenvolver estudos e propor diretrizes para a formulação de políticas ou para a execução de programas no campo da tecnologia no âmbito de suas competências;
- IV - estabelecer e manter intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, bem como de transferência de tecnologia com instituições de pesquisa e ensino, e outras entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V - capacitar recursos humanos em suas áreas de competência;
- VI - exercer a função de órgão pericial técnico independente, na sua área de competência;
- VII - emitir certificados, relatórios e pareceres técnicos em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;
- VIII - exercer a função de Organismo de Certificação Credenciado - OCC, em conformidade com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade;
- IX - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;
- X - gerir e desenvolver atividades de incubadora de empresas de base tecnológica; e
- XI - manter e operar, direta ou indiretamente, escritórios, laboratórios e centros regionais.

#### 2.a.II. Objetivos estratégicos

Após um longo processo de evolução em sua gestão durante o período 2007-2011, por meio de aprimoramentos sucessivos na metodologia de avaliação de seu desempenho estratégico, o INT consolidou o *Balanced Scorecard* – *BSC*, como a ferramenta para esse objetivo, implementando-a entre agosto de 2010 e junho de 2011.

O BSC do INT traduz a estratégia da Instituição pelo estabelecimento de *objetivos e indicadores estratégicos* (e suas respectivas metas), cujo atingimento se dá por meio da realização de *iniciativas estratégicas* (projetos destinados a alavancar o desempenho da organização). Todo esse esforço é direcionado à realização da *Missão* do Instituto para o período 2011-2021: *“Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação”*.

Segundo a metodologia BSC, os *objetivos estratégicos do INT* estão expressos em seu *Mapa Estratégico*, representando os desafios de gestão e tecnológicos que deverão ser conquistados para a execução da *Missão*. Cada objetivo tem um ou mais indicadores atribuídos e, pelo menos, uma iniciativa estratégica associada.



- Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação;
- Ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade;
- Ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico;
- Garantir agilidade na prospecção tecnológica e de negócio de demandas da sociedade no foco de atuação;
- Promover o desenvolvimento de soluções completas por meio da agilidade e transversalidade;
- Promover articulações políticas junto aos Ministérios e Congresso Nacional;
- Reforçar a exposição das competências e dos resultados do INT para a sociedade;
- Aumentar a presença em território nacional;
- Aumentar a captação de recursos e diversificar as fontes de arrecadação;
- Atuar em redes para atender as demandas de políticas públicas e de mercado;
- Garantir portfólio de entregas técnicas alinhado ao foco de atuação;
- Promover maior integração e agilidade entre as áreas de gestão e técnicas;
- Maximizar a utilização eficiente de recursos de maneira balanceada com o crescimento do INT;
- Preservar o conhecimento gerado por servidores, bolsistas e contratados;
- Desenvolver competências críticas em gestão;
- Garantir recursos humanos adequados para o crescimento do INT;
- Estimular um ambiente cooperativo e gratificante com cultura orientada para resultados;
- Prover espaço físico adequado para o crescimento do INT;
- Garantir a modernidade tecnológica dos laboratórios.

#### Síntese das principais realizações no exercício

O Instituto Nacional de Tecnologia - INT atuou extensivamente na aplicação das ferramentas e metodologias escolhidas para apurar suas entregas alinhadas com os focos de atuação previstos no planejamento estratégico. Nesse escopo organizamos a seguir a síntese das principais realizações em 2011.

#### Nanotecnologia

Desenvolvimento de catalisadores com estruturas bem definidas em escala nanométrica de formas variadas: esféricas, planares e tubulares. Estes catalisadores são empregados em processos voltados à obtenção de combustíveis sintéticos, geração de hidrogênio e síntese de produtos químicos verdes, derivados de compostos provenientes de biomassa. Em 2011 realizamos o depósito do pedido de patente de invenção de um catalisador nanoestruturado sintetizado a partir de compostos renováveis residuais, particularmente sacarídeos, provenientes do pré-tratamento de biomassa lignocelulósica. Com propriedades superficiais bem definidas, o catalisador pode ser utilizado em processos de desidratação, hidrólise, esterificação e transesterificação, dentre outros.

Desenvolvimento de membranas inorgânicas nanoestruturadas seletivas a hidrogênio utilizadas nos processos de reforma do etanol para geração de hidrogênio. Em 2011 foi publicado artigo em literatura especializada internacional sobre o estado da arte e avaliação crítica das técnicas disponíveis para a manufatura de nanomembranas.

Conclusão do projeto “*Caractérisation de catalyseurs hétérogènes nanostructurés*”, de cooperação com instituição francesa. O projeto permitiu o domínio da preparação de nanotubos de óxidos de transição e o entendimento da sua superfície possibilitando seu desenho adequado a processos de obtenção de compostos químicos verdes.

#### Biocombustíveis - Biotecnologia

Estudo do etanol de segunda geração (2G), tecnologia que compreende a utilização e processamento do bagaço e da palha da cana-de-açúcar visando à produção de álcool combustível. Foram obtidas a caracterização da biomassa lignocelulósica, o pré-tratamento da biomassa de cana-de-açúcar e a produção de indutores de síntese de celulases, enzimas responsáveis pela transformação da celulose em açúcares fermentáveis.

Implementação do projeto “Utilização do hidrogênio produzido por reforma do biogás proveniente de resíduos urbanos para a geração de energia”, com o apoio conjunto das agências de fomento FAPERJ-FAPESP e conta com a parceria da UNIFESP pelo lado paulista;

Desenvolvimento de pesquisas com uso de energias limpas e renováveis, com ênfase em biodiesel, bioetanol e biogás. Foi concluída a automatização e a mudança de rota da Usina Experimental de Biodiesel de Caetés/PE, utilizando metanol e etanol como matérias-primas. Tiveram também atividade intensa a Rede de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação na Produção de Bioetanol no Estado de Pernambuco e a Rede de Competência em Oleaginosas (RICA), articuladas com a participação do CETENE.

Estruturação do laboratório de ensaios para o cultivo de microalgas para a produção de biocombustíveis e foram desenvolvidos os primeiros testes em bancada para a avaliação do crescimento de algumas espécies de microalgas sob condições controladas de temperatura, luminosidade e outros parâmetros para o meio aquoso.

#### Hidrogênio e Energias Renováveis

Desenvolvimento de tecnologias para a produção de hidrogênio a partir de diferentes matérias primas renováveis, no âmbito do Programa Brasileiro de Células a Combustível, do MCTI, onde o INT lidera a Rede de Hidrogênio e Combustíveis.

Realização de estudos do uso do etanol como insumo para utilização na produção de hidrogênio através do uso de reatores de placas, confrontando o seu desempenho com reatores tubulares de leito fixo convencionais e reatores a base de monolitos.

Utilização da glicerina como insumo renovável na produção de hidrogênio para geração de energia, onde, em 2011, foi obtido o beneficiamento do glicerol proveniente dos processos de obtenção de biodiesel com desenvolvimento de catalisadores a base de nanotubos capazes de produzir gás de síntese (uma mistura de hidrogênio e monóxido de carbono) em temperaturas baixas com importante atividade e seletividade.

Montagem de um gaseificador em escala semi-piloto no âmbito do projeto “Gaseificação de biomassa para a produção de combustíveis sintéticos”. O gaseificador oferece a possibilidade de reaproveitamento de resíduos agroindustriais que apresentam baixo custo e grande disponibilidade. A formulação de sistemas catalíticos adequados à produção de combustíveis líquidos a partir, especificamente, de cavacos de madeira começou a ser realizada.

Início dos estudos, em parceria com instituições do Estado de São Paulo, para obter energia utilizando hidrogênio produzido por reforma do biogás provenientes de resíduos urbanos.

#### Petróleo, Gás e Petroquímica

Estabelecimento de metodologias mais modernas e avançadas aplicadas ao desenvolvimento de catalisadores para reforma do gás natural e à recuperação e regeneração de catalisadores de craqueamento (FCC). O desenvolvimento de catalisadores constitui um processo extremamente dispendioso em função dos elevados custos dos materiais usados. Motivados por estes fatores o INT vem utilizando metodologias combinatoriais alternativas que permitem reprodução de experimentos por diferentes métodos para a obtenção da síntese de catalisadores. No rastro dessas metodologias

foram realizadas atividades de extração seletiva de terras raras de catalisadores de craqueamento exauridos. Esses estudos tomaram como material de partida sistemas catalíticos comerciais usados à exaustão pelas refinarias da Petrobras.

Avaliação da integridade de tubulações frente à corrosão proporcionou a otimização da proteção catódica para os revestimentos novos em malhas de dutos antigos, bem como o estudo da corrosividade de produtos petroquímicos, ácidos orgânicos e metanol em dutos de transporte e do enxofre elementar em gasodutos. Os estudos em ambiente pré-sal permitiram a seleção de materiais para dutos flexíveis (*risers*), formulações de inibidores de corrosão e de produtos para o sequestro de H<sub>2</sub>S a serem utilizados nos poços de produção. Os estudos de biocorrosão propiciaram a identificação de microorganismos, o que tem viabilizado a identificação de biocidas específicos com consequente aumento da vida útil dos dutos, totalizando 55 entregas técnicas ao longo do ano.

### Química Verde

Desenvolvimento de processos químicos que utilizam especialmente matérias primas renováveis em substituição àquelas oriundas de fontes fósseis, como o petróleo. Em 2011 foram depositados 2 pedidos de patentes que propõem à obtenção de bioácido acético e propeno verde, processos químicos para obtenção de *commodities* a partir do emprego da matéria-prima renovável etanol. Tanto o ácido acético como o propeno são utilizados pela indústria química em diversos segmentos, com destaque para a geração de polímeros, solventes e fármacos.

Recebimento do Prêmio Inventor Petrobras 2011 pelo desenvolvimento do projeto “Processo Catalítico Oxidativo para Síntese de Ácido Láctico”, visando à produção de polímeros verdes, biodegradáveis e compostáveis.

Desenvolvimento de tecnologia relacionada ao processo industrial de obtenção de eteno verde solicitado pela indústria Química Braskem S.A.

### Serviços Tecnológicos Prestados

Desenvolvimento de metodologia para determinação de vida útil de ferramentas utilizadas em exploração e produção de petróleo, impactando em inovação no processo interno da Petrobras de participação do ativo imobilizado na relação com as empresas parceiras. A metodologia apresentada mostrou-se aderente aos dados experimentais colhidos junto à empresa. Houve oportunidade de expandir a utilização da metodologia a outros itens que compõem as linhas de ancoragem, de forma igualmente consistente.

Análise e avaliação do processo produtivo nos segmentos: de utilização de geomembrana de Polietileno de Alta Densidade PEA de forma a possibilitar a caracterização técnica para fins de classificação fiscal de mercadoria fabricada pela empresa Engepol; de obsolescência tecnológica em materiais, equipamentos e dispositivos quanto à sua utilidade para linha de produção e seu valor frente ao mercado;

Elaboração de estudo técnico sobre a caracterização conceitual e aplicada à implantação do novo sistema de imageamento de cheques, por empresa bancária de grande porte e operação com abrangência nacional.

Análise de materiais e equipamentos da empresa Nokia comprovar por meio de perícia técnica que alguns materiais, equipamentos e dispositivos pertencentes à filial de Manaus são inservíveis para a linha de produção devido aos efeitos de obsolescência tecnológica que ocorre sobre essas mercadorias e o respectivo valor de mercado desses itens.

## Gestão do Conhecimento

Em 2011 foram realizados 11 depósitos de pedidos de patentes no Brasil, (8 de patentes de invenção e 3 de patentes de modelo de utilidade), 2 depósitos internacionais de patentes, 10 depósitos de registros de desenho industrial e 2 depósitos de registros de marcas.

### Depósitos de Pedidos de Patentes no Brasil

- Processo para produção de propeno a partir do etanol (Petroquímica)
- Processo de obtenção de ácido acético a partir do etanol (Petroquímica)
- Método de preparação de carvão sulfonado em uma etapa e seu uso (Petroquímica)
- Processo e sistema com subsistema de esgotamento aquoso para a produção de polímeros e copolímeros de condensação utilizando equipamento microondas (Saúde)
- Composição Removedora de Fragmentos metálicos, Processo Para Remoção de Fragmentos metálicos e Uso de Bactérias Redutoras de Sulfatos e/ou seus produtos metabólicos na Remoção de Fragmentos metálicos em cavidades corporais (Saúde)
- Aplicação de resíduos oriundos do corte de rochas ornamentais para confecção de compósitos poliméricos.
- Processo de Confecção de embalagens destinadas à produção hortifrutícola. (Tecnologia Social)
- Embalagem para acondicionamento de frutas in natura (Tecnologia Social)
- Colete de suporte postural (Tecnologia Social)
- Sistema de embalagens para acondicionamento de frutas in natura (Tecnologia Social)
- Embalagem para o acondicionamento de palmito de pupunha minimamente processado (Tecnologia Social)

### Depósitos de Pedidos de Patentes Internacionais realizados por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes em Energia Renovável

- Processo catalítico de hidrogenação de biomassa para obtenção de p-metano e uso do p-metano obtido como biocombustível de aviação
- Processo catalítico de hidrogenólise de biomassa, composição e uso do biocombustível obtido em combustíveis de aviação.

### Depósitos de Pedidos de Registros de Desenho Industrial em Tecnologia Social

- Configuração aplicada a brinquedo tipo jogo de atenção conjunta
- Configuração aplicada à prancheta tipo cavalete
- Configuração aplicada a quadro de atividades tipo relógio
- Configuração aplicada à embalagem para frutas – tipo canaleta
- Configuração aplicada à embalagem para frutas – tipo canaleta
- Configuração aplicada a embalagem para frutas – tipo telhado
- Configuração aplicada à embalagem para frutas – tipo wel
- Configuração aplicada a embalagem – manga 01
- Configuração aplicada a embalagem – manga 02
- Configuração aplicada a embalagem – manga 03

## 2.b. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

### 2.b.I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A análise do desempenho do plano estratégico do INT é realizada utilizando-se as ferramentas que compõe o **BSC**: avaliação do atingimento dos objetivos estratégicos, das metas estabelecidas para os indicadores, e da execução das iniciativas estratégicas. No nível das Divisões, também foram implementados os **Painéis de Contribuição**, que contém os desdobramentos do Mapa Estratégico

para cada área, de gestão ou técnica, e a ferramenta de *Gestão do Portfólio de Projetos*, utilizada para priorizar os projetos de maior interesse estratégico para a Divisão e o INT.

Os principais resultados obtidos nessa fase foram:

1. Alinhamento dos grandes resultados gerados pelo INT, nos médios e longos prazos, às expectativas das partes interessadas (Governo, clientes, parceiros, etc.);
2. Tradução dos objetivos estratégicos do INT, pela definição de indicadores estratégicos associados às metas e iniciativas priorizadas no Plano Diretor da Unidade (PDU) do INT
3. Alinhamento dos objetivos das Divisões à estratégia do INT;
4. Priorização dos projetos de maior interesse estratégico para o INT, no nível das Divisões.

As seguintes iniciativas prioritárias foram iniciadas nesse período:

**1) Estabelecimento de rotinas de prospecção.**

Intenção: Incorporar rotinas de monitoramento e prospecção tecnológica para identificação de oportunidades. A iniciativa contempla a realização de uma prospecção completa para um tema piloto.

**2) Estruturação de banco de dados de entregas técnicas.**

Intenção: aprimorar o atual banco de dados de entregas técnicas com a inserção de informações pertinentes à tomada de decisão estratégica.

**3) Plano de marketing institucional.**

Intenção: Estabelecer e estruturar um plano de marketing institucional.

**4) Estabelecimento de diretrizes de priorização de projetos.**

Intenção: Estabelecer diretrizes de priorização de projetos conforme as demandas prioritárias do INT.

**5) Mecanismos de retenção.**

Intenção: Desenvolver novos mecanismos para reter aposentáveis e colaboradores.

**6) Ampliação do corpo funcional.**

Intenção: Desenvolver mecanismos para a ampliação do corpo funcional.

**7) Gestão das competências críticas.**

Intenção: Mapear e realizar estudo das competências individuais para melhor alocação e gestão das pessoas na Instituição.

A segunda fase de implementação do projeto, de agosto de 2011 a fevereiro de 2012, consolidou a implementação e a execução de todas as ações desenvolvidas, colocando em prática o novo modelo de gestão da estratégia, por meio do treinamento e capacitação dos gestores de divisão e de projetos do INT.

**2.b.II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão**

O novo modelo de gestão do INT, baseado no *BSC*, possui um cronograma estruturado de reuniões cujo objetivo é o acompanhamento da execução técnica e estratégica dos diversos projetos e iniciativas em andamento. Nesse modelo, destacam-se as reuniões trimestrais de análise da estratégia das Divisões, através da avaliação de seus Painéis de Contribuição, as reuniões trimestrais de análise da estratégia do *BSC* do INT, a *RAE*, e a Reunião Anual de Avaliação de Resultados, a *RAAR*, onde ocorre uma discussão mais ampla da estratégia envolvendo parte expressiva do corpo funcional.

**Quadro 2.b.II. Visão Geral do Modelo de Gestão da Estratégia do INT**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>Gestão Técnica:</b>												
Reuniões mensais de monitoramento dos projetos técnicos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões trimestrais de monitoramento dos projetos técnicos			■			■			■			■
<b>Gestão da Estratégia:</b>												
Reuniões mensais de monitoramento das iniciativas estratégicas das Divisões e Coordenações	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões trimestrais de análise da estratégia das Divisões (Painéis de Contribuição)		■			■			■			■	
Reuniões trimestrais de alinhamento dos painéis de Contribuição		■			■			■			■	
Reuniões trimestrais de análise da estratégia do BSC Corporativo			■			■			■			■
Formulação e comunicação da estratégia:											■	
Congresso Interno - apresentação anual de todos os Painéis de Contribuição											■	
Reunião Anual de Avaliação de Resultados (RAAR) - formulação anual da estratégia do INT											■	
Reunião anual de pactuação - elaboração e alinhamento das metas												■

**2.c. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:**

**2.c.I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

A Lei 11.653, de 07/04/2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011 não atribuiu responsabilidade à UJ de gerir Programas de Governo. Esta responsabilidade se restringe às Ações, a seguir detalhadas:

**Quadro A.2.c.I.1 Ações do PPA de responsabilidade do INT e do CETENE**

Programa		Ação	
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	4972	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no Instituto Nacional de Tecnologia
		2C67	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	4954	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia.
		4955	Serviços de Tecnologia Industrial Básica e Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia no Instituto Nacional de Tecnologia.

**2.c.II. Execução física das ações realizadas pela UJ**

**Quadro A.2.c.II.1. Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	572	461	4972	A	4	Unidade	120	121	60
19	571	461	2C67	A	4	Unidade	10	25	10
19	572	1388	4954	A	4	Unidade	25	42	20
19	572	1388	4955	A	4	Unidade	20	35	20

Fontes:

www.sigplan.gov.br/Anexos Atualizados PPA 2008-2011/Anexos I - Programas de Governo - Finalísticos.

www.mcti.gov.br/Links/SigMCT - Sistema de Informações Gerenciais.

As metas para 2012 estão definidas na Lei 12.593 de 18/01/2012 que institui o PPA 2012-2015 Plano Mais Brasil.

**Análise Crítica**

A previsão das metas físicas das Ações constantes da LOA foi superada em 2011. Durante a vigência do PPA 2008-2011 observamos uma evolução na execução destas metas, conforme mostrado no quadro a seguir:

**Quadro A.2.c.II.2. PPA 2008-2011 Metas Físicas (Previsto x Realizado)**

Ano	Programa	0461				1388			
		2C67		4972		4954		4955	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2008		10	22	135	122	23	30	15	39
2009		10	4	122	228	23	35	15	52
2010		10	67	138	80	23	49	15	28
2011		10	25	120	121	25	42	20	35
Total		40	118	515	551	94	156	65	154

O total das realizações superou em 37,11 o total das previsões na vigência do PPA 2008-2011. A expansão das atividades da UJ constituiu o principal fator que influenciou o aumento da execução das metas físicas. A UJ avançou no conhecimento científico/tecnológico, com foco na inovação, em função das novas demandas surgidas na vigência do PPA 2008-2011. Um exemplo importante que impulsionou o aumento das metas físicas foi o surgimento do tema pré-sal que contribuiu para que a UJ buscasse respostas que atendessem às demandas advindas desse tema. Novos estudos e projetos foram sendo incorporados ao número de serviços que a UJ das demandas.

**2.d. Desempenho Orçamentário e Financeiro:**

**2.d.I. Programação Orçamentária das Despesas**

Quanto a este item cabe observar que a UJ não é uma UO e não tem UGO consolidada ou agregada. Com relação às Despesas Correntes de Pessoal e Encargos Sociais, estas não são executadas desde 2004 pela UJ, sendo executados diretamente pelo MCTI.

**Quadro A.2.d.I.2. Programação de Despesas Correntes**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	0	0
	PLOA	0	0	0	0	6.274.000	6.244.000
	LOA	0	0	0	0	6.274.000	6.244.000
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Especiais	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		-	0	0	0	0	0
Total		-	0	0	0	6.274.000	6.244.000

Fonte: www.planejamento.gov.br/ Orçamento Anual de 2010 e 2011

**Quadro A.2.d.I.3. Programação de Despesas Capital**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupo de Despesa de Capital						
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	0-	0	
	PLOA	3.674.000	2.510.000	0	0	0-	0	
	LOA	3.674.000	2.510.000	0	0	0-	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0-	0	0	0-	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0-	0	0
		Reabertos	0	0	0	0-	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0-	0	0
		Reabertos	0	0	0	0-	0	0
Créditos Cancelados	0	0-	0	0	0-	0		
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		3.674.000	2.510.000	0	0	0-	0	

Fonte: www.planejamento.gov.br/ Orçamento Anual de 2010 e 2011



Quadro A.2.d.I.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		7- Despesas Correntes		8 -Despesas de Capital		9- Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-0	-0	
	PLOA	6.274.000	6.244.000	3.674.000	2.510.000	-0	-0	
	LOA	6.274.000	6.244.000	3.674.000	2.510.000	-0	-0	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-0	-0	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-0	-0	-
		Reabertos	-	-	-	-0	-0	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-0	-0	-
		Reabertos	-	-	-	-0	-0	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-0	-0		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-0	
Total		6.274.000	6.244.000	3.674.000	2.510.000	-	-0	

Fonte: www.planejamento.gov.br/ Orçamento Anual de 2010 e 2011

Quadro A.2.d.I. 5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240133	24101.19.572.0461.4972			2.697,96
		240128	24101.19.122.0750.2000			200.000
		113209	24101.19.571.0461.2C67			375.743,64
		113209	24101.19.571.0461.2C67			146.198,60
	Recebidos	240101	24101.19.574.1409.8971			10.030
		240101	24101.19.571.0461.4661			556.000
		240101	24101.19.754.1409.8971			11.000
		240101	24101.19.571.0461.4661			66.275
Movimentação Externa	Concedidos	253002	36212.10.304.1289.8791	-	-	25.500
	Recebidos	253002	36212.10.304.1289.8791	-	-	25.500
		240901	24901.19.572.1388.2113			7.829,80

Quadro A.2.d.I. 5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (continuação)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					-
	Recebidos	240101	24101.19.571.0461.4661	330.000		
		240101	24101.19.754.1409.8971	249.000		
		240128	24101.19.122.0750.2000	200.000		
Movimentação Externa	Concedidos	253002	36212.10.304.1289.8791	37.107,86		
	Recebidos	253002	36212.10.304.1289.8791	456.000		
			240901	24901.19.572.1388.2113	144.661,40	

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

Análise Crítica

A concessão de créditos por movimentação interna em custeios repassada à Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH/MCTI se destinou ao pagamento a servidor pela política de inovação do INT. As demais concessões internas destinaram-se a despesas de funcionamento da infra-estrutura do CETENE vinculadas ao CRCN/NE vinculada à CNEN, em Recife/PE.

Os créditos recebidos por movimentação interna foram provenientes do MCTI destinado à manutenção da infra-estrutura da sua Unidade Jurisdicionada da Ação 200 e do orçamento da SCUP/MCTI por meio do instrumento Termo de Descentralização de Crédito.

Os créditos recebidos por movimentação externa foram provenientes do convênio oriundos da ANVISA registrado no SIAF/SICONV.

Os créditos concedidos por movimentação externa referem-se à devolução de saldos orçamentários no âmbito do convênio INT/ANVISA

A incorporação desses créditos ampliou a execução financeira e a efetivação das atividades de infra-estrutura, logística e inovação, contribuindo para o alcance das metas institucionais.

## 2.d.II. Execução Orçamentária das Despesas

### 2.d.II.1. - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

#### Quadro A.2.d.II.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite		2.796,00		
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	9.968.809,51	6.587.153,85	5.413.529,51	3.623.898,2
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	3.835.885,81	4.715.597,65	3.191.210,81	4.221.835,86
Inexigibilidade	1.679.468,88	1.014.885,11	1.109.076,63	755.335,15
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		-		
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha		53.893.500		53.893.500
Diárias		339.875,75		339.875,75
Outros	1.513.624,29	1.266.014,09	1.319.814,44	1.259.505,20

Fonte SIAFI Gerencial e Operacional

**Quadro A.2.d.II.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes								
339039	4.697.139,90	4.055.156,21	3.694.045,38	3.327.582,46	2.663.901,93	727.572,75	3.681.559,53	3.308.728,73
339037	1.725.152,45	1.190.206,71	1.476.742,47	1.149.126,70	248.449,98	41.080,01	1.471.702,47	1.114.310,06
339030	1.378.312,22	858.297,26	476.230,58	688.937,97	558.997,21	169.359,29	416.129,01	647.563,44
Demais elementos do grupo	3.438.731,351	2.532.562,28	1.408.027,92	2.260.857,18	1.059.849,28	271.706,10	1.383.043,68	2.260.424,18

Fonte SIAFI Gerencial e Operacional

**Quadro A.2.d.II.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
4490.52	3.639.210,00		3.639.210,00		2.045.679,25		1.593.530,80	
4490.51	210,00		210,00	0	0	0	210,00	

**Análise Crítica**

Foram executados 95,3% do orçamento provisionado ao INT. Os recursos orçamentários originários da Unidade Jurisdicionada foram utilizados com a aquisição de equipamentos, materiais laboratoriais, insumos e serviços de modo substituir, suprir e modernizar a capacidade laboratorial, a infraestrutura de TI e de funcionamento predial de por meio de pregões eletrônicos.

**2.d.II.2. - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

**Quadro A.2.d.II.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	544.531,95	341.503,22	-	18.739,12
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	500.628,24	161.515,86	272.582,61	146.251,62
Inexigibilidade	68.461,25	17.370,00	68.461,25	-
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	7.208,00	857.040,12	3.874,00	856.380,12

Fonte SIAFI Gerencial e Operacional

Quadro A.2.d.II.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes								
3390.37	810.322,78	577.834,03	805.662,36	400.081,62	4.660,42	177.752,41	805.662,36	400.081,62
3390.20	700.000,00	815.000,00	700.000,00	815.000,00	0	0	700.000,00	815.000,00
3390.30	523.834,55	770.997,43	370.122,68	515.879,84	153.711,87	255.117,59	370.122,68	507.300,84
Demais elementos do grupo	970.989,38	534.536,77	910.584,81	526.143,65	60.404,30	151.606,88	904.155,44	567.518,18

Quadro A.2.d.II.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos								
4490.52	1.301.913,89	1.493.353,54	589.279,11	246.415,58	712.634,78	1.246.937,96	581.342,11	246.415,58
4490.51	49.220,20	58.292	15.120,20	43.332	34.100,00	14.960	15.120,20	43.332

Análise Crítica

A movimentação de crédito do MCTI possibilitou a expansão e modernização da infraestrutura física e o estabelecimento de parceria com Fundo Nacional de Saúde para desenvolvimento de projeto voltado para o interesse público.

### 2.d.III. Indicadores Institucionais

Com finalidade de contribuir para a excelência científica e tecnológica das suas Unidades de Pesquisa, o MCTI, por meio de sua Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, implantou em 2002 o TCG firmado entre o Ministério e cada Unidade, no qual são estabelecidas metas anuais, traduzidas em indicadores mutuamente pactuados.

O desempenho do INT, frente aos compromissos assumidos no presente TCG, é acompanhado semestralmente e avaliado, anualmente, pela verificação do cumprimento das metas pactuadas para os respectivos indicadores.

Cabe à SCUP a convocação de reuniões semestrais de acompanhamento e anuais de avaliação, objetivando a elaboração de relatórios de acompanhamento (semestrais) e de avaliação (anual).

Da avaliação de desempenho resultam recomendações para a administração do INT, que se baseia nos seguintes procedimentos:

A avaliação de desempenho é baseada nos indicadores constantes do TCG, agrupados por áreas-chaves relacionadas à obtenção de resultados dos Objetivos Estratégicos, das diretrizes de ação e dos projetos estruturantes acordados no PDU 2011-2015.

O esforço no alcance de cada indicador planejado é calculado por meio da determinação de notas 0 (zero) a 10 (dez)

Resultado observado (%)	Nota atribuída
≥ 91	10
De 81 a 90	8
De 71 a 80	6
De 61 a 70	4
De 50 a 60	2
≤ 49	0

Os pesos são atribuídos de acordo com o grau de importância de cada indicador para o INT, considerando a graduação de 1 a 3 pontos. Os pesos de cada indicador são negociados com a SCUP/MCTI; O resultado da multiplicação do peso pela nota corresponde ao total de pontos atribuídos a cada indicador; O somatório dos pontos dividido pelo somatório dos pesos corresponde à pontuação média global do INT. A pontuação média global está associada a um respectivo conceito e é classificada conforme a pontuação a seguir:

Os pesos são atribuídos de acordo com o grau de importância de cada indicador para o INT, considerando a graduação de 1 a 3 pontos. Os pesos de cada indicador são negociados com a SCUP/MCTI; O resultado da multiplicação do peso pela nota corresponde ao total de pontos atribuídos a cada indicador; O somatório dos pontos dividido pelo somatório dos pesos corresponde à pontuação média global do INT. A pontuação média global está associada a um respectivo conceito e é classificada conforme o quadro XVII a seguir:

Pontuação global (nota)	Conceito
De 9,6 a 10	A - Excelente
De 9,0 a 9,5	B - Muito bom
De 8,0 a 8,9	C - Bom
De 6,0 a 7,9	D - Satisfatório
De 4,0 a 5,9	E - Fraco
< que 4,0	F - Insuficiente



O acompanhamento de desempenho semestral indicará a tendência de realização com recomendação ao INT para adoção de medidas corretivas quando forem observados desvios negativos, considerando-se atendidas as necessidades mínimas do INT, providas pelo SCUP/MCTI.

Os responsáveis pelo fornecimento das informações das atividades finalísticas, são os gerentes das áreas técnicas do INT. As demais informações são fornecidas pelas áreas administrativas.

Além da avaliação feita pela SCUP por meio dos indicadores do TCG, o INT promoveu durante o ano de 2010 diversas reuniões estratégicas, avaliação dos indicadores de desempenho em vigor, utilizados no Congresso Interno do INT tendo como parte dessa avaliação o estabelecimento de Reunião Anual de Avaliação de Resultados - RAAR, onde foram debatidos em Seminários os objetivos institucionais e seus resultados. Esse evento foi concluído com um plano de ações para melhoria dos processos e da gestão.

Apresentamos a seguir a definição dos indicadores constantes do [TCG 2011](#):

### Indicadores físicos e operacionais

#### IGPUB - Índice geral de publicações

IGPUB=NGPUB/TNSE Unidade: n° de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NGPUB= (n° de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (n° de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (n° de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (n° de capítulo de livros), no ano.

TNSE=∑ dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

#### PPACI - Programas, projetos e ações de cooperação internacional

PPACI=NPPACI Unidade: n° de programas, projetos e ações, sem casa decimal

NPPACI=n° de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa. Em apêndice próprio, será apresentada lista com o nome e o país das instituições estrangeiras. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.

#### PPACN - Programas, projetos e ações de cooperação nacional

PPACN=NPPACN Unidade: n° de programas, projetos e ações, sem casa decimal.

NPPACN=n° de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.

#### PcTD - Índice de processos e técnicas desenvolvidos

PcTD=NPTD/TNSE Unidade: n° por técnico, com duas casas decimais.

NPTD=n° total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo n° de relatórios finais produzidos.

TNSEt=∑ dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

#### ICPC - Índice de cumprimento de prazos de contratos

ICPC=CAP/NTC\*100 Unidade=% sem casa decimal

CAP=n° de contratos atendidos, no ano e no prazo, menos o n° de contratos não atendidos em razão de falha do cliente do setor produtivo.

NTC=n° total de contratos no ano, menos o n° de contratos não atendidos em razão de falha do cliente do setor produtivo.

#### IFATT - Índice financeiro de atendimento e transferência de tecnologia

IFATT=Valor/TNSE Unidade: R\$ mil/n° de técnicos, com duas casas decimais.

Valor= (∑ dos valores dos contratos de licenciamento para exploração de patentes, se houver) + (contratos de fornecimento de tecnologias industriais) + (contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica) + (contratos de [P&D](#) firmados com o setor produtivo, considerados pelo valor do efetivo ingresso financeiro - regime de caixa - no ano, por meio da UP, suas respectivas fundações e similares).

TNSE = ∑ dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

#### IAT - Índice de atendimento tecnológico

IAT=NRD/TNSE Unidade: n° por técnico, com duas casas decimais.

NRD=n° de relatórios e documentos referentes a produtos ou serviços tecnológicos contratados ou adquiridos do INT.

TNSE =  $\sum$  dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

**NLMC - nº de licenças para uso da marca de conformidade concedida pelo INT**

NLMC=nº de licenças concedidas      Unidade: nº, sem casa decimal.

**ICEx - Índice de capacitação extensionista**

ICEx=NCPF/TNSE      Unidade: nº de clientes pessoas físicas/técnico, com duas casas decimais.

NCPF= (nº de clientes pessoas físicas que obtiveram certificado de conclusão de cursos no INT) + (nº de pesquisadores externos ao INT que tiveram teses de MSc e DSc defendidas sob a orientação e/ou co-orientação de pesquisadores ou técnicos do quadro do INT).

TNSE= $\sum$  dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

**NCO - Número de credenciamentos obtidos**

NCO=nº de laboratórios, ensaios credenciados pelo INMETRO e/ou outras Instituições de credenciamento e de produtos certificados. Unidade: nº de credenciamentos obtidos.

**APME - Apoio à micro, pequena e média empresas**

APME=NAPME / TER \* 100      Unidade: %, sem casa decimal.

NAPME= (nº de processos e técnicas desenvolvidos - NPTD - de interesse das micro, pequena e média empresas, conforme definição do SEBRAE) + (nº de estudos realizados - NER - de interesse das pequenas e médias empresas), ambos medidos pelo nº de relatórios finais concluídos no ano.

**IPIn - Índice de propriedade intelectual**

IPIn = NP/TNSE      Unidade: nº de pedidos de patente por técnico, com duas casas decimais.

NP = (nº de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (nº de patentes concedidas no país e no exterior), no ano.

TNSE= $\sum$  dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

## Indicadores administrativos e financeiros

**APD - Aplicação em pesquisa e desenvolvimento**

APD=[1 - (DM / OCC)] \* 100      Unidade: %, sem casa decimal.

DM= $\sum$  das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC=A soma das dotações de custeio e capital, inclusive as das fontes 150 / 250.

**RRP - Relação entre receita própria e OCC**

RRP=RPT/OCC\*100      Unidade: %, sem casa decimal.

RPT= Receita própria total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentários e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).

OCC=soma das dotações de custeio e capital, inclusive as das fontes 150/250.

**IEO - Índice de execução orçamentária**

IEO=VOE/OCCe\*100      Unidade: %, sem casa decimal.

VOE (=OCC) = $\sum$  dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.

OCCe=Limite de empenho autorizado.

**III - Índice de investimento em infra-estrutura**

III=RFI/OTAP\*100      Unidade: %, sem casa decimal.

RFI=Recursos financeiros investidos em infra-estrutura (material permanente, equipamentos, serviços de engenharia, inclusive dos advindos de Fundos Setoriais).

OTAP=OCC+fundos setoriais (recursos financeiros executados).

Quadro 2.d.III.1. Indicadores Institucionais Desempenho e Acompanhamento Geral do INT

Indicadores	Série Histórica			Unidade	Peso	Realizado 2011		Total 2011		Variação (%)	Nota	Pontos
	2008	2009	2010			1º Sem	2º Sem	Pactuado	Realizado			
Físicos e Operacionais												
a) IGPUB Índice Geral de Publicações	0,83	0,69	0,61	Pub/técnicos	2	0,19	0,35	0,5	0,54	1,08	10	20
b) PPACI Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	13	15	16	Nº	2	15	2	12	17	1,42	10	20
c) PPACN Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	167	154	141	Nº	3	71	75	100	146	1,46	10	30
d) PcTD Índice de Processo e Técnicas Desenvolvidos	1,17	0,81	1,61	Nº/ técnicos	-	1,17	0,81	0,60	1,98	3,30	10	
e) ICPC Índice de Cumprimento de Prazos de Contratos	84	81	83,68	%	-	82,53	83,80	80	83,58	1,04	10	
f) IFATT Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia	6,31	9	8,56	MR\$/técnicos	-	5,09	8,34	9,69	13,68	1,41	10	
g) IAT Índice de Atendimento Tecnológico	11,41	10,02	7,63	Nº/ técnicos	-	3,45	3,25	5,0	6,7	1,34	10	
h) LSC Nº Licenças Selo de Conformidade (antigo NLMC)	85	223	64	Nº	-	14	19	50	33	0,66	4	
i) ICEX Índice de Capacitação Extensionista	2,01	1,10	1,42	Nº /técnicos	-	0,01	0,89	1,0	0,90	0,90	10	
j) NCO Nº de Credenciamentos Obtidos	321	303	352	Nº	-	334	0	300	334	1,11	10	
k) APME Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas	34	29	28	%	-	24,71	21,29	20	22,32	1,12	10	
l) IPIn Índice de Propriedade Intelectual	0,55	1,89	0,31	Nº/ técnicos	-	0,18	0,14	0,15	0,44	2,93	10	
Administrativos e Financeiros												
m) APD Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	59	70	61	%	2	31	47	54	47	0,87	8	16
n) RRP Relação entre Receita Própria e OCC	179	193	305	%	2	538	58	177	282	1,59	10	20
o) IEO Índice de Execução Orçamentária	89	83	80	%	2	39	86	100	86	0,86	8	16
p) III Índice de Investimento em Infra-estrutura	50	47	24	%	-	20	34	13	39	3,00	10	
Inclusão Social												
PIS Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	10	12	7	Nº Projetos	2	6	1	6	7	1,17	10	20
Totais (Pesos e Pontos)					15							154
Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)												9,1
Conceito												<b>Muito bom</b>

### Item 3

Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Conforme informado na Introdução deste Relatório, apesar de este item se aplicar à natureza da Unidade Jurisdicionada INT e da Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, não apresentou ocorrência no período.

### Item 4

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.1. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores -

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	126.256,56	0	0	126.256,56
2010	376.106,90	0	366.684,29	9.422,61
2009	762.923,41	24.128,61	236.189,90	502.604,90
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	6.613.812,12	0	0	6.613.812,12
2010	3.715.992,72	313.580,00	3.178.297,98	214.692,13
2009	5.008.140,51	329.078,61	4.494.840,05	184.221,85
<b>Observações:</b>				

#### Análise Crítica:

As inscrições de despesas em Restos a Pagar, bem como a manutenção de inscrições de anos anteriores observou os dispositivos no decreto nº 7468 de 28 de abril de 2008, com exceção co ano de 2007 foram cancelados, atendendo à solicitação do MCTI.

O montante inscrito em Restos a Pagar não Processado no ano de 2011 alcançou 35% do orçamento anual, devido ao alongamento das etapas que envolvem os processos de compras, justificado pela crescente redução de servidores, principalmente, na área de gestão para executar atividades administrativas e operacionais, acrescido da necessidade de prévia consulta jurídica que também demanda um tempo considerável.

## Item 5

Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

O quadro de recursos humanos da UJ não contempla membros de poder e agentes políticos, servidores com contratos temporários e, servidores ocupantes de cargos de natureza especial.

### 5.a. Composição do quadro de servidores ativos;

#### Quadro A.5.a.1. Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	237	237	04	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	225	225	04	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	225	225	04	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	05	05	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	237	237	04	10

Fonte: SIAPE

#### Quadro A.5.a.2. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>03</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	03
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>

2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>02</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>04</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	04
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>09</b>

Fonte: SIAPE

#### Quadro A.5.a.3. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>33</b>	<b>33</b>		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	33	33		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	27	27		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	06	06		

1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas</b>	10	10		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10	10		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.5.a.4. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>9</b>	<b>27</b>	<b>53</b>	<b>114</b>	<b>28</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	26	52	111	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Anistiados/Exercício Provisório		01	01	03	01
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	1	2	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>54</b>	<b>116</b>	<b>29</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.5.a.5. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>			<b>2</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>42</b>	<b>82</b>	<b>43</b>	<b>50</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	02	0	09	42	80	42	50
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Anistiados/Exercício Provisório					03	0	02	01	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>02</b>

2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					02	01	01	0	02
2.3. Funções gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>43</b>	<b>83</b>	<b>4</b>	

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.b. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

Quadro A.5.b.1. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>155</b>	<b>7</b>
1.1 Voluntária	145	7
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	8	0
1.4 Outras	1	
<b>2. Proporcional</b>	<b>58</b>	
2.1 Voluntária	52	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente	5	
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>213</b>	<b>7</b>

Fonte: SIAPE



#### Quadro A.5.b.2. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>63</b>	<b>4</b>
1.1. Integral	30	4
1.2. Proporcional	33	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>13</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>76</b>	<b>4</b>

Fonte: SIAPE

#### 5.c. Composição do quadro de estagiários;

##### Quadro A.5.c.1. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>237.120,00</b>
1.1 Área Fim	23	24	25	24	156.000,00
1.2 Área Meio	13	13	13	13	81.120,00
<b>2. Nível Médio</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>31.320,00</b>
2.1 Área Fim	4	4	5	5	17.400,00
2.2 Área Meio	2	3	3	4	13.920,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>268.440,00</b>

Fonte: SIAPE

5.d. Custos associados à manutenção dos recursos humanos;

Quadro A.5.d.1. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratifi- cações	Adicionais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercí- os	2011	8.383.160		14.398.027	208.790	838.443	1.656.366	1.681.984		10.097	27.176.867
	2010	8.712.459		14.902.124	221.817	857.169	1.481.242	1.482.737		14.376	27.671.924
	2009	8.352.309		14.203.767	649.224	405.145	1.267.245	2.384.687		57.501	27.319.878
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercí- os	2011	372.242		116.467	77.974	18.161					584.844
	2010	372.242		116.467	77.974	18.161					584.844
	2009	349.838		109.459	77.974	18.161					555.432
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercí- os	2011	202.657		807.417							1.010.074
	2010	202.657		807.417							1.010.074
	2009	202.657		807.417							1.010.074
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercí- os	2011			43.264							43.264
	2010			43.264							43.264
	2009			43.264							43.264

Fonte: SIAPE

#### 5.e. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;

Não ocorreram no exercício as situações referentes aos subitens:

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

**Quadro A.5.e.1. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT													
UG/Gestão: 240104 e 240137							CNPJ: 01.263.896/0004-07 (240104) e 01.263.896/0021-08 (240137)						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	03.603.00/2007	36.529.998/0001-63	01/09/2007	31/09/2012	29	29					P
2010	V	O	03.715.00/2010	02.841.990/0003-88	02/08/2010	29/07/2011	12	12					E
2011	V	O	03.745.00/2011	68.69.8398/0001-15	01/10/2011	30/09/2012	12	12					A

**Observações:**

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG/SIAFI

Quadro A.5.e.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT

UG/Gestão: 240104 e 240137

CNPJ: : 01.263.896/0004-07 (240104) e 01.263.896/0021-08 (240137)

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	14	O	03.670.00.09	31.880.164/0001-84 HOPE	01/01/2009	30/12/2011	-	-	1	1	-	-	E
2009	5	O	03.688.00.09	07.848.223/0001-52 Hotmachine	15/07/2009	15/07/2010	-	-	5	5	-	-	P
2010	5	O	03.702.00.10	36.369.692/0001-97 VGA	28/12/2009	27/12/2010	-	-	1	1	3	3	P
2007	1	O	03.603.00.07	36.529.998/0001-63 UNIRIO	31/08/2007	31/08/2012	29	29	-	-	-	-	P
2010	6**	E	03.721.00.10	02.739.907/0001-00 STAR 5	12/11/2010	11/02/2011	20	20	-	-	-	-	E
2011	6**	O	03.741.00.11	02.739.907/0001-00 STAR 5	06/06/2011	05/06/2012	12	12	16	16	-	-	A
2010	3	O	03.715.00.10	02.841.990/0003-88 / AFEQUE	02/08/2010	29/07/2011	12	12	-	-	-	-	E
2011	3	O	03.745.00.11	68.69.8398/0001-15 DINÂMICA	01/10/2011	30/09/2012	12	12	-	-	-	-	A
2011	14	O	03.755.00.11	07.579.905/0001-07 / IBIS	27/12/2011	26/12/2012	-	-	01	01	04	02	A
2010	14*	O	02/2011	06.234.476/0001-82	01/03/2011	28/02/2013	6	6	-	-	-	-	P
2010	14*	O	01/2010	73.994.741/0001-09	30/04/2010	29/04/2013	35	28	04	03	08	08	P

Observações:

(\*) Os contratos firmados abrangem várias categorias de empregados: programador de produção, auxiliar de produção, recepcionista, copeira, auxiliar de serviços gerais, porteiro, motorista e mensageiro. (\*\*) Os contratos firmados abrangem as áreas 6, 7 e 8.(

LEGENDA

<p><b>Área:</b></p> <p>1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem;</p>	<p>7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras</p>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--	---

Fonte: SIASG/SIAFI

## 5.f. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

### Quadro A.5.f.1. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Indicadores	Série Histórica			Unidade	Peso	Realizado 2011		Total 2011		Variação (%)	Nota	Pontos
	2008	2009	2010			1º Sem	2º Sem	Pactuado	Realizado			
Físicos e Operacionais	2008	2009	2010		A	B	C	D	E	F	G	H=A*G
<b>Recursos Humanos</b>												
a. ICT - Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento	2	4	3	%	2	2	0	3	2,3	0,77	6	12
b. PRB - Participação Relativa de Bolsistas	48	57	43	%	-	96	52	40	55	1,38	10	-
c. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	21	30	8	%	-	9	0	10	9	0,90	8	-
Totais (Pesos e Pontos)					2							12
Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)											6	
Conceito											Satisfatório	

- **Absenteísmo:**

São gerados relatórios de frequência são enviados mensalmente a chefia imediata do servidor, que após análise envia à Divisão de Recursos Humanos (DARH) o(s) dia(s) que ensejam desconto por ser considerado como falta não justificada ao serviço. Destacamos que é realizado relatório a cada doze meses, onde são identificados períodos de prática continuada do servidor, orientando a este e sua chefia imediata como devem proceder para evitá-los. Ao ser identificado neste período falta de 30 (trinta) dias contínuos ou 60 (sessenta) dias em períodos descontínuos é aberto processo administrativo disciplinar sobre abandono de cargo e inassiduidade habitual, conforme preceitua o art. 132, incisos II e III da Lei 8.112/90.

No exercício de 2011 tivemos dois processos administrativos de acompanhamento e orientação junto a servidores e chefia imediata, da não observância de faltas não justificadas, alertando para o estrito cumprimento dos deveres e proibições estatuídos nos arts. 116 e 117 da Lei 8.112/90.

Da força de trabalho de servidores considerada no presente relatório de gestão no total de 237 servidores, o indicador de absenteísmo teve no período de 2011 o quantitativo de 12 servidores sendo acompanhados no período, tendo por índice aproximado de 5% dessa força de trabalho.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:**

Os servidores que sofrem acidentes de trabalho, são registrados em nosso Posto Médico em livro próprio, no formulário Comunicação de Acidente de Serviço (CAS) e relatório mensal é feito pelos profissionais de saúde, sendo encaminhado à DARH para acompanhamento e ações posteriores.

As doenças ocupacionais são acompanhadas pela Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, instituição esta que o INT tem termo de cooperação administrativo, assinado entre o INT e a Gerência Regional de Administração daquele Ministério, para tratar dos servidores de nossa instituição. É enviada guia de perícia médica acompanhando o servidor, e esta é devolvida à Divisão de Recursos Humanos para acompanhamento e cadastro.

No período de 24 (vinte quatro) meses se houver evidência de que a doença ocupacional ensejará ao servidor a readaptação de suas funções ou proposta de redução de carga horária, é aberto processo administrativo onde o servidor é avaliado por Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, sendo este processo devolvido à DARH para cadastro e ações posteriores. O servidor que estiver afastado por 24 meses, a Junta Médica Oficial faz a avaliação deste servidor com doença ocupacional e encaminha para aposentadoria por invalidez, indicando a respectiva base legal.

No ano de 2011, 34 (trinta e quatro) servidores se encontravam em licença médica periciada, sendo que deste total 21 (vinte e um ) reassumiram suas atividades laborais e 01 (um) servidor havia completado o prazo de afastamento superior a 24 (vinte e quatro) meses ensejando a abertura do processo de aposentadoria por invalidez.

Destaque-se que uma das ações concretizadas no ano de 2011 foi o início das atividades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor – SIASS, onde a sistematização das licenças médicas atendendo ao Subsistema e à Orientação Normativa Nº 3 do Ministério do Planejamento sobre Licença Para Tratamento da Saúde, bem como a participação das reuniões da Comissão Regional do SIASS no Rio de Janeiro, ajudaram a melhorar os processos internos de acompanhamento e gestão dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

No ano de 2011, foram registrados 01 (um) acidente de trabalho, cujo afastamento foi inferior ao prazo de 15 (quinze) dias.

- **Rotatividade (turnover):**

É realizado o *turnover* dos servidores do INT através de processos de efetivo exercício, remoção, redistribuição, vacância, aposentadoria, remanejamento interno. Os processos de movimentação de pessoal são acompanhados e orientados pela DARH junto às Unidades Organizacionais.

Esta prática tem por indicadores as movimentações de pessoal realizadas no exercício, dos processos encaminhados à DARH, bem como a gestão do prazo das licenças sem vencimento e das cessões dos servidores do INT.

No exercício de 2011 o INT teve as seguintes movimentações de pessoal:

ENTRADAS		SAÍDAS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Remoção de Ofício de outro Órgão para o INT	02	Remoção de Ofício do INT para outro Órgão	01
Redistribuição	01	Aposentadoria	07
Lotação Provisória	01	Exoneração	03
Exercício Descentralizado (Servidor Anistiado)	01	Falecimento	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

É realizada a gestão das informações sobre previsão de aposentadorias, com base nos cadastros dos servidores e pedidos de abono de permanência, de forma a subsidiar ações para realizar proposta de mecanismos de retenção, de forma a preparar o servidor para aposentadoria, bem como que este possa realizar o repasse do conhecimento, treinando o seu sucessor.

- **Educação Continuada:**

O INT realiza anualmente o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) junto às Unidades Organizacionais para compor o Plano Anual de Capacitação da instituição (PAC). Este plano é gerenciado pela DARH e tem por finalidade realizar capacitação e treinamentos internos e externos dos servidores do INT, em atenção ao Decreto nº 5.707/2006, bem como às diretrizes estratégicas da instituição pactuadas no planejamento estratégico institucional 2011-2015. Destaque-se o atendimento ao objetivo estratégico de Garantir Recursos Humanos Adequados para o Crescimento do INT. Abaixo o resultado de 2011 do Índice de Investimento em Capacitação.

Destaque-se que desde 2010 foi estabelecida o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) onde a DARH tem por objetivo programar ações para realização do desenvolvimento pessoal dos servidores do Instituto Nacional de Tecnologia, para atender as diretrizes instituídas pela Política Nacional para o Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) da Administração Pública Federal Direta, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

A realização deste é o marco legal da transposição da Administração de Recursos Humanos para o processo de Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal, em particular no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia.

A proposta do PDRH do INT está focada em ações para capacitação dos servidores nos seguintes eixos: Gestão de Projetos, Gestão da Qualidade, Gestão de Laboratório, Gestão Administrativa e Financeira, Formação de Gestores e Liderança.

Os eixos foram propostos diante da análise de Diagnóstico do Levantamento das Necessidades de Capacitação informados pelos servidores à DARH através do formulário contendo informações sobre conhecimento, habilidades e atitudes (CHA) entregues no ano de exercício.

### 1) Índice de investimento em capacitação em 2011

**Base de Dados:** Relatório do Plano de Anual de Capacitação do INT / 2011; Processos formais encaminhados à DARH.

TOTAL DE RECURSOS EVENTOS NO PAÍS E NO EXTERIOR - 2011		
Total Geral	Tesouro	Outras Fontes
414.101,68	127.693,49	286.408,19

TOTAL CARGA HORÁRIA 2011		
Carga Horária	Eventos	Média H/H Treinamento Ano
9.982	311	32



TOTAL CARGA HORÁRIA 2011		
Carga Horária	Eventos no País	Média H/H Treinamento Ano
7.050	274	26

TOTAL CARGA HORÁRIA 2011		
Carga Horária	Eventos no Exterior	Média H/H Treinamento Ano
2.932	37	79

**Observação:** Não foram incluídos os servidores do CETENE, servidores em licença sem vencimento e servidores cedidos.

- **Satisfação e Motivação:**

Os indicadores de satisfação e motivação são mensurados através de pesquisa de clima organizacional realizada a cada biênio. A DARH procura implementar melhorias apontadas no plano de ação proposto, no mais recente pesquisa de clima realizada no ano de 2008, com ações para os anos de 2009 a 2011.

A realização de ciclo de palestras sobre temas ligados à área de Recursos Humanos, como saúde física e mental, auxilia na orientação da DARH aos servidores.

Outra atividade importante é a realização periódica de Integração Institucional dos servidores que ingressam na instituição, onde neste evento são apresentadas as atividades finalísticas e a organização do INT, de forma que os servidores sintam-se parte do processo de gestão organizacional.

O acompanhamento da qualidade de vida dos servidores através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde e Segurança dos Servidores – SIASS e ações internas para contratação de empresa especializada em profissionais de saúde, para melhoria da saúde física e mental no exercício de 2011, veio permitir o melhor acompanhamento do desenvolvimento pessoal dos servidores, prestando melhor assistência médica, social e psicológica.

- **Disciplina:**

A DARH promover ações de gestão de pessoas junto às áreas que procuram para ajudar a dirimir dúvidas ou orientar sobre determinada ação feita por servidor, as quais são realizadas através de reuniões. O INT possui Código de Ética e Disciplina e no Manual do Servidor onde estão contido as regras de conduta profissional, com base na Lei 8.112/90.

O Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor estão disponíveis na intranet, sendo entregue uma cópia destes documentos ao servidor quando este entra na instituição, através de evento de Integração Institucional.

A DARH ao ser notificada pela Direção ou por servidor de situação que fere o Código de Ética e Disciplina da Instituição e os Deveres do Servidor estatuídos pela Lei 8.112/90 formaliza processo administrativo, cuja análise atende aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Correição da CGU, instruindo-os e encaminhando-os para apreciação da Direção do INT, que indicará a composição dos membros de comissões de sindicância e PAD.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na DARH para apreciação do Diretor que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.

- **Desempenho funcional:**

O desempenho funcional dos servidores do INT tem por observância a Lei 8.91/93 que instituiu a Carreira de Ciência e Tecnologia. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.907/2009 e com a regulamentação do Decreto 7.133/2010, que trata sobre a avaliação de desempenho dos servidores integrantes das Carreiras de Ciência e Tecnologia, é realizada anualmente a avaliação de desempenho.

O INT publica anualmente portaria contendo os critérios da avaliação de desempenho funcional, o período de avaliação compreendido entre 01/07 à 30/06 do ano subsequente, onde o servidor deverá atingir nota igual ou superior a 50% para ser aprovado. A DARH emite Nota Técnica orientando aos servidores e chefia imediata quais são os casos de servidores que não serão avaliados.

Atualmente é feita apenas a avaliação de servidores promovíveis na citada Carreira, estando aguardando a regulamentação específica para a prática a ser estendida aos demais servidores, em atendimento ao preceito constitucional de avaliar a eficácia dos serviços públicos prestados pelos servidores.

**Item 6**

Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

**Quadro A.6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT									
CNPJ: 01.263.897/0004-07				UG/GESTÃO: 240104/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	592401	30.495.394/0001-67	3.008.826,14	555.066,20	5420.650,45	2.453.759,54	30/05/2007	30/05/2012	1
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Modalidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Convênio</li> <li>2 - Contrato de Repasse</li> <li>3 - Termo de Cooperação</li> <li>4 - Termo de Compromisso</li> </ul> <p><b>Situação da Transferência:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Adimplente</li> <li>2 - Inadimplente</li> <li>3 - Inadimplência Suspensa</li> <li>4 - Concluído</li> <li>5 - Excluído</li> <li>6 - Rescindido</li> <li>7 - Arquivado</li> </ul>									

Fonte:

Quadro A.6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Tecnologia					
<b>CNPJ:</b>	01.263.896/0004/07					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240104/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
<b>Convênio</b>	2	1	1	520.650,45	623.030,60	507.773,49
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>						
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						

Fonte: SIASG/SIAFI

Quadro A.6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b>					
<b>CNPJ:</b>			<b>UG/GESTÃO:</b>		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
<b>Convênio</b>	1	2.453.759,54	2.274.725,44	179.034,10	93
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	0	0	0
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2.453.759,54</b>	<b>2.274.725,44</b>	<b>179.034,10</b>	<b>93</b>

Fonte: SIASG/SIAFI

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
<b>Nome:</b>					
<b>CNPJ:</b>			<b>UG/GESTÃO:</b>		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	875.129,90	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	507.773,49	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	304.605,00	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	497.700,00	0	0

Fonte: SIASG/SIAFI

Quadro A.6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b>					
<b>CNPJ:</b>			<b>UG/GESTÃO:</b>		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
<b>2011</b>	Quantidade de contas prestadas			<b>02</b>	
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas	02	
			Contas Não analisadas	0	
		Montante repassado (R\$)	875.129,90		
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	0	
Quantidade			0		
Montante repassado (R\$)	0				
<b>2010</b>	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas analisadas	507.773,49		507.773,49	
		0		0	
		0		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
Montante repassado (R\$)		0			
<b>2009</b>	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		304.605,00	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado		0			
<b>Exercícios anteriores a 2009</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	
		Montante repassado		497.700,00	

Fonte:

Análise Crítica

A transferência de recursos financeiros informada neste item foi objeto de convênio firmado com instituição de apoio à pesquisa, privada sem fins lucrativos, visando à cooperação de intercâmbio científico e tecnológico, iniciado em 2007 pelo período de doze meses, prorrogáveis anualmente até o limite de 60 meses, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 observados os normativos que tratam de transferências de recursos financeiros, a saber: IN-STN 01/97, Decreto 6.170/2007, Decreto 6.619/2008, Portaria Interministerial 127/2008 e Resolução 09/2003 da Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro.

Nos últimos três anos houve um justificado pelo incremento da carteira de projetos de C,T&I com conseqüente ampliação de 25% no quantitativo das bolsas ocorrido em 2010, permitido pela disposição contida no artigo 65 da Lei 8.666/93. Em 2011 o valor acumula parte dos recursos repassados em 2010, com prestação de contas vencíveis em 2011.

O convênio foi regularmente executado, com apresentação de prestação das contas mediante apresentação de relatórios de execução físico-financeiro correspondente a cada parcela de repasse financeiro, com gerenciamento feito através do registro e acompanhamento no SIASG/SICONV e publicação dos instrumentos de. Foram realizados acompanhamentos da execução físico-financeira por meio de relatórios e planilhas, bem como visitas do fiscal do Convênio à entidade convenente..

### Item 7

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

#### Quadro A.7.1. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

##### DECLARAÇÃO

Eu, Eduardo Cesar Guimarães, CPF nº344.774.207-06, Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças, exercido no Instituto Nacional de Tecnologia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012.

Eduardo Cesar Guimarães

CPF 344.774.207-06

Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

#### Quadro A.7.2. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

##### DECLARAÇÃO

Eu, Alexandre Loureiro Castelão, CPF nº 079.927.184-53, Chefe da Divisão de Administração, exercido no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012.

Alexandre Loureiro Castelão

CPF 079.927.184-53

Chefe da Divisão de Administração

## Item 8

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Quadro A.8.1. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>29</b>
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE



## Item 9

### Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

#### Quadro A.9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>a) Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>b) Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>c) Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X

Quadro A.9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ (continuação)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>d) Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>e) Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## Item 10

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

### Quadro A.10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? R - <i>Na especificação dos itens de licitação são levadas em consideração as matérias primas utilizadas nas fabricações dos bens e materiais de consumo adquiridos com insumos sustentáveis e certificados</i>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? R – São exigidos nas licitações s certificados emitidos pelo INMETRO, ANVISA e outros órgãos públicos (Ex: selo PROCEL, CERFLOR (certificado florestal), etc.).					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R - <i>A aquisição de lâmpadas com estas especificações e aparelhos de ar condicionado modernos, com certeza impactam, principalmente, na economia de energia elétrica.</i>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? R - <i>Foram adquiridas de agendas para uso do corpo funcional do INT fabricadas totalmente com material reciclado.</i>				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? R- <i>Não ocorreu aquisição de veículos no exercício de 2010.</i>					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Quadro A.10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (continuação)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>R - <i>Recomendamos ao corpo funcional da instituição o uso correto e responsável de água e energia elétrica através de comunicações oficiais, como e-mails, por exemplo.</i></p>				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>R - <i>Idem ao item 12.</i></p>				X	
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

### Item 11

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

A UJ não usou no período de bens imóveis locados de terceiros.

#### Quadro A.11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade a UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1 Rio de Janeiro</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Rio de Janeiro	1	1
	<b>UF 2 Recife</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Recife	1	1
<b>Total Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>

Quadro A.11.2. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
240104	6001 02202.500-7	11	3	2.338.728,70	02/03/2011	9.391.189,02	63.376,02	0,00
<b>Total</b>							<b>63.376,02</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SPIUNet

Análise Crítica:

O imóvel se encontra em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com posse de Termo de Entrega Provisória, 1º Traslado no Livro nº 3, Folhas 22/24.

## Item 12

### Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### Quadro A.12.1. Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>a) Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>b) Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 4 Terceirizados: 10				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>c) Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	71%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



### Item 13

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Conforme informado na Introdução deste Relatório, apesar de este item se aplicar à natureza da Unidade Jurisdicionada INT e da Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE, não apresentou ocorrência no período.

### Item 14

Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Conforme informado na Introdução deste Relatório, este item não se aplicar à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada INT e da Unidade Jurisdicionada Consolidada CETENE.

### Item 15

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Não houve no período - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

A Estrutura Organizacional da UJ não contém OCI.

#### Quadro A.15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					1988
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.024/2008/08	1989/2010-2ª Câmara	1.5	DE	OF 1120/TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					1988
Descrição da Deliberação:					
1.5 Determinar: 1.5.1 ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE que: 1.5.1.1 adote a utilização de termos de responsabilidade para cada um de seus bens conforme disposto no item 7.11 da <a href="#">IN/SEDAP nº 205/88</a> ; 1.5.1.2 elabore o inventário anual de bens móveis de almoxarifado conforme estabelecidos no item 8.1, alínea “a” e item 8.1.1 da <a href="#">IN/SEDAP nº 205/88</a> ; 1.5.1.3 promova a regular e periódica atualização do programa de cadastro dos bens pertencentes ao patrimônio da Unidade; 1.5.1.4 proceda à correta classificação contábil dos bens móveis adquiridos pela Unidade; 1.5.2 realize levantamento e promova a regularização da situação dos casos em que ocupantes de cargo em comissão participem de projetos de pesquisa em outros órgãos, com percepção de auxílio financeiro e regime de dedicação exclusiva, por caracterizar situação incompatível com o exercício do cargo em comissão, que exige o regime de integral dedicação ao serviço, conforme, disposto no art. 19, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90;					

1.5.3 observe, quando da concessão de diárias e passagens, o estatuído no Decreto 5.992/06, com vistas a aferir a correção dos cálculos dos valores pagos;

1.5.4 doravante, nos procedimentos licitatórios:

1.5.4.1 observe o disposto nos incisos I e II do parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93, no tocante à obrigatoriedade de projeto básico aprovado pela autoridade competente e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

1.5.4.2 exija o detalhamento da execução dos serviços descritos em notas fiscais, de modo a possibilitar a comprovação de cada etapa executada;

1.5.4.3 observe o disposto no art. 62 da lei nº 8.666/93, caput e parágrafo 2º, no sentido de que na ausência de instrumento contratual, faça constar de qualquer outro instrumento hábil que o substitua, as cláusulas necessárias previstas no art. 55 da referida Lei, de modo a garantir a plena execução do serviço contratado;

1.5.5 em processos de aquisição, na modalidade Pregão Eletrônico, seja observada a juntada dos seguintes documentos ao respectivo processo:

1.5.5.1 termo de referência, contendo descrição detalhada do orçamento estimativo de custos;

1.5.5.2 planilhas de custo; e

1.5.5.3 comprovantes da publicação do extrato do contrato; conforme disposto nos incisos II, III, XII do art. 21 do Decreto nº 3.555/00, respectivamente;

1.5.6 observe o disposto no inciso II, art. 24 da Lei n 8.666/93, e que se abstenha de realizar fracionamento de despesas para adoção de dispensa de licitação.

**Providências Adotadas**

**Setor responsável pela implementação**

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE

**Código SIORG**

80489

**Síntese da providência adotada:**

1.5.1.1 adote a utilização de termos de responsabilidade para cada um de seus bens, conforme disposto no item 7.11 da IN/SEDAP nº 205/88.

**- Todos os Termos de Responsabilidade foram elaborados, estando em fase de assinatura pelos responsáveis, inclusive dos bens recém-adquiridos.**

1.5.1.2 elabore o inventário anual de bens móveis e de almoxarifado conforme estabelecido no item 8.1, alínea "a" e item 8.1.1 da IN/SEDAP nº 205/88.

**- Foi elaborado o Inventário de bens relativo ao exercício de 2010.**

1.5.1.3 promova a regular e periódica atualização do programa de cadastro dos bens pertencentes ao patrimônio da Unidade.

**- O cadastro de bens está sendo mantido atualizado a cada aquisição de bens patrimoniais.**

1.5.1.4 proceda à correta classificação contábil dos bens adquiridos pela Unidade.

**- Os bens que estão sendo adquiridos estão registrados com a classificação correta por subelemento. Foi orientada a revisão da classificação anterior.**

1.5.2 realize levantamento e promova a regularização da situação dos casos em que ocupantes de cargo em comissão participem de projetos de pesquisa em outros órgãos, com percepção de auxílio financeiro e regime de dedicação exclusiva, por caracterizar situação incompatível com o exercício do cargo em comissão, que exige o regime de integral dedicação ao serviço, conforme disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 8.112/90.

**- Foi efetuado levantamento de pessoal que ocupa cargo em comissão, não havendo a incidência de participação em projetos em outros órgãos com percepção de auxílio financeiro.**

1.5.3 observe, quando da concessão de diárias e passagens, o estatuído no Decreto 5.992/06, com vistas a aferir a correção dos cálculos dos valores pagos.

**- Foram corrigidos os valores dos pagamentos de diárias efetuados em desacordo com o Decreto.**

1.5.4 doravante, nos procedimentos licitatórios:

1.5.4.1 observe o disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93, no tocante à obrigatoriedade de projeto básico aprovado pela autoridade competente e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

**- Para os serviços de engenharia, os processos estão sendo instruídos com projeto básico e o orçamento detalhado em planilhas contendo custos unitários e totais.**

1.5.4.2 exija o detalhamento da execução dos serviços descritos em notas fiscais, de modo a possibilitar a comprovação de cada etapa executada.

**- As notas fiscais estão sendo solicitadas com o detalhamento dos serviços e do fornecimento de bens**

1.5.4.3 observe o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93, caput e § 2º, no sentido de que na ausência de instrumento contratual, faça constar de qualquer outro instrumento hábil que o substitua, as cláusulas necessárias previstas no art. 55 da referida Lei, de modo a garantir a plena execução do serviço contratado.

**- Está sendo utilizado o instrumento contratual para serviços, de onde conste o detalhamento suficiente para a aferição de sua execução. Esta modalidade se aplica aos casos em que não há detalhamento na Nota de Empenho.**

1.5.5 em processos de aquisição na modalidade Pregão Eletrônico, seja observada a juntada dos seguintes documentos ao respectivo processo conforme disposto nos incisos II, III, XII do art. 21 do Decreto nº 3.555/00, respectivamente :

1.5.5.1 termo de referência, contendo descrição detalhada do orçamento estimativo de custos

1.5.5.2 planilhas de custo

1.5.5.3 comprovantes da publicação do extrato do contrato

**- Os processos de aquisição de bens e serviços estão sendo instruídos com os termos de referência, planilhas de custo (quando é o caso) e os comprovantes da publicação do extrato do contrato no DOU.**

1.5.6 observe o disposto no inciso II, art. 24 da Lei nº 8.666/93, e que se abstenha de realizar fracionamento de despesas para a adoção de dispensa de licitação.

**- Os processos administrativos passaram por uma reformulação, de acordo com exigência do Ordenador de Despesas para sua instrução rigorosa, restringindo-se a realização de compra direta ao máximo. As compras diretas foram reduzidas em 50%, passando de 624 em 2010 para 310 em 2011. Já as compras por pregão aumentaram em 400%, passando de 35 em 2010 para 175 em 2011. Em 2010 foram realizados 14 pregões, e em 2011 este número passou para 31 eventos.**

#### Síntese dos resultados obtidos

Correção das inadequações e irregularidades na UJ, implantação de procedimentos, melhoria dos processos administrativos, criação de registros, organização planejamento das atividades e avaliação de resultados.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Foram cumpridas todas as determinações com medidas corretivas requeridas e o INT vem implementando medidas preventivas através de implantação de procedimentos, promoção de treinamento dos servidores e colaboradores. O Diretor do INT continua fazendo gestões junto ao MCTI e ao Centro no sentido de normalizar o funcionamento e a regularização da gestão do CETENE. A adoção das providências contribuíram favoravelmente para desempenho das atividades e da qualidade dos processos administrativos do Centro e conseqüentemente do INT.

### Quadro A.15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					1988
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	012.528/2006-0	4620/2010 2ª Câmara	9.5	DE	OF 1890/2010/TCU/SECEX-RJ/D1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT					1988
Descrição da Deliberação:					
9.5 Determinar ao Instituto Nacional de Tecnologia o desconto integral das dívidas decorrentes de multas aplicadas no item 9.4 deste Acórdão nos vencimentos do Senhor João Luiz Hanriot Selasco e José Fernando Tomé Jucá .					

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE	80489
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
9.5 Foi feita a imediata comunicação aos Senhores citados porquanto o Senhor João Luiz Hanriot Selasco, ex-Diretor do INT por não ser servidor não há possibilidade de desconto em folha. Com relação ao Senhor José Fernando Thomé Jucá, o mesmo recorreu da Decisão junto ao TCU, cujo processo foi julgado com recurso de reconsideração e ficou deliberado pelo Acórdão nº 1741/2011, sessão extraordinária de 22/03/2011 que deu provimento por mérito ao recurso; julgou regulares com ressalvas as contas do Sr. José Fernando Thomé Jucá; tornou sem efeito a multa aplicada ao Sr. José Fernando Thomé Jucá e expediu quitação ao Sr. João Luiz Hanriot Selasco, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada pelo item 9.4 do Acórdão nº 4620/2010 – 2ª Câmara.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Foram cumpridas todas as determinações com medidas corretivas requeridas e o INT vem implementando medidas preventivas através de implantação de procedimentos, promoção de treinamento dos servidores e colaboradores. O Diretor do INT continua fazendo gestões junto ao MCTI e ao Centro no sentido de normalizar o funcionamento e a regularização da gestão do CETENE.	

#### **Item 16**

Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Conforme informado na Introdução deste Relatório este item não se aplica à natureza jurídica da UJ

#### **Item 17**

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

## **Anexo II da Decisão Normativa TCU 108, de 24/11/2010**

### **Parte B - Informações Contábeis da Gestão**

**Item 1**

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG	
Instituto Nacional de Tecnologia - INT		240104	
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, do Instituto Nacional de Tecnologia (UG 240104) e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (UG 240137), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições registradas na conformidade contábil da Unidade Gestora Executora 240137-Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE, conforme abaixo:</p> <p>a) Restrição Contábil 115 – Falta de reavaliação ou redução de ativos permanentes b) Restrição Contábil 999 – Não atendimento orientação órgão contab. Setorial/Central</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília	<b>Data</b>	31/01/2012
<b>Contador Responsável</b>	Eliana Yukiko Takenaka	<b>CRC nº</b>	DF 6.666

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012.

Domingos Manfredi Naveiro  
Diretor do INT